

# A História no Diário Oficial

## Governo Alacid Nunes (1966/1971)

### A FIXAÇÃO DOS DEPUTADO NA ENERGIA NUCLEAR

Na década dos anos 1960, os deputados estaduais do Pará tinham certa fixação na questão da energia nuclear e na exploração do petróleo. Em 1967, durante a 43ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa, realizada em 19 de setembro daquele ano, o deputado Arnaldo Prado (Aliança renovadora Nacional - Arena) apresentou requerimento pedindo “aplausos à sábia diretriz que o presidente da República (General Costa e Silva) imprimia à Política Atômica, “sobretudo no que diz respeito ao direito que se reservará ao Governo Brasileiro quanto à instalação e à operação de reatores nucleares, bem como às operações de pesquisa, lavra, industrialização e comercialização de minérios radioativos”.

A assunto voltou ao plenário na 100ª sessão extraordinária realizada em 15 de dezembro do mesmo ano, sob o patrocínio de um requerimento do deputado Antônio Teixeira (Arena), que pediu à Comissão de Energia Nuclear inclusão da Amazônia nas pesquisas de minérios radioativos. A ata da sessão foi publicada no Diário Oficial nove meses depois, edição de 10 de setembro de 1968, sem registrar se os deputados aprovaram ou não o requerimento de Teixeira.

Na sessão de um ano antes, o requerimento de Prado foi amplamente discutido pelos deputados Júlio Viveiros (PMDB), Gerson Peres (Arena), Nicolino de Castro Campos (PMDB), Francisco de Freitas Filho (Arena) e Maravalho Narciso Belo (PMDB), tendo sido aprovado com o adendo de Peres. Naquela época, o governo implantava o Programa Nuclear Brasileiro, que previa pesquisa e exploração de minérios radioativos e a construção de explosivos.

O discurso eufemístico do deputado Gerson Peres, se fosse hoje, pareceria ingenuidade e caricato: "Não vamos chamar de bomba, vamos chamar de artefatos que possam

explodir" – disse ele, conforme a Ata da sessão, defendendo que o Pará fosse incluído no programa nuclear.

Sob os auspícios da estatal Empresas Nucleares Brasileiras S/A (Nuclebrás, criada em 1971 e extinta em 1989), o Programa Nuclear andou. Construiu-se a Usina Angra 1, no Rio de Janeiro, onde também está em obra a Angra 3. A construção da usina, entretanto, é objeto de investigação da Justiça Federal. Em 28 de agosto de 2015, o então presidente licenciado da Eletronuclear (estatal federal criada em 1997 para operar e construir as usinas).

As obras de Angra são alvo da Operação Lava Jato. O então presidente, almirante da reserva foi preso, em agosto de 2015, acusado pelo Ministério Público Federal de receber R\$ 4,5 milhões em propina paga pela construtora Andrade Gutierrez, empreiteira de Angra 3.

Hoje, a energia atômica responde por apenas três por cento da energia elétrica consumida no país. No que interessa ao Pará sobre o assunto, o fato é que o Programa Nuclear, apesar de ser discutido pelo legislativo estadual, nunca chegou ao Estado.

Outro assunto da mineração, também na pauta da 100ª sessão extraordinária, de 15/12/1967, foi o petróleo: o deputado Alfredo Gantus (Arena) apelou em requerimento que a Petrobrás retomasse as pesquisas de petróleo na região. De fato, as pesquisas iniciaram nos anos da década de 1970, na plataforma oceânica da costa do Amapá. Sob “Contrato de Risco” com a Petrobrás, a petroleira norte-americana Texaco, descobriu óleo. Atualmente, a estatal brasileira extrai gás na região do Rio Uruçu, no Amazonas. E as pesquisas de óleo na costa paraense de Salinópolis, até agora, não suscitaram exploração comercial, como também não ocorreu no Amapá.

Nélio Palheta - *Jornalista*

#### VENDA DE EXEMPLAR

- Avulso R\$ 2,00
- Atrasado R\$ 3,00

#### ASSINATURA / RECLAMAÇÃO

91 4009-7810 / 4009-7818

#### ASSINATURA SEMESTRAL

- Capital R\$ 200,00
- Outras cidades R\$ 350,00

#### ASSINATURA ANUAL

- Capital R\$ 400,00
- Outras cidades R\$ 650,00

OBS 1: As assinaturas do **Diário Oficial** não dão direito ao recebimento de **Cadernos Especiais**, elaborados exclusivamente aos órgãos interessados.

OBS 2: As reclamações deverão ser feitas 24 horas após a circulação do **Diário Oficial** na Capital, e até 8 dias nos demais Estados e Municípios.

#### PUBLICAÇÕES

91 4009-7810  
4009-7819

- cm x coluna (8cm) R\$ 65,00
- (\*) O padrão de publicação obedecerá obrigatoriamente a fonte Verdana, Corpo 7.

#### ORÇAMENTO GRÁFICO

91 4009-7810  
4009-7817



## Agenda Cultural

Programme-se!



### ARTES VISUAIS

**Quizomba – Como nós nos enxergamos e como os outros nos enxergam**

Local: Museu de Arte Sacra

Entrada franca

Até 03/07 (domingo)



### CINEMA

**Mostra Cine Líbero Luxardo 30 Anos**

Local: Cine Líbero Luxardo

(Av. Gentil Bittencourt, nº 650)

Entrada franca

De 29/06 a 03/07 (quarta a domingo)



#### ENVIO DE CONTEÚDOS

O envio de conteúdos para publicação no Diário Oficial do Estado deve ser realizado, no caso de órgãos e secretarias de Estado, via sistema e-DIÁRIO, disponível no site [www.ioe.pa.gov.br](http://www.ioe.pa.gov.br)

No ato do envio, o usuário **DEVE EVITAR**:

- Documentos que contenham notas de rodapé;
- Logomarcas; fontes coloridas, ou qualquer tipo de imagem;
- Caixas de texto; marcadores; quebras de seção; quebra manual de linhas; marcadores próprios dos editores de texto, como pontos, quadrados, setas etc.

Obs.: O não atendimento dessas especificações poderá gerar problemas na publicação.